

SCHATTAN, Salomão. Japoneses e nipo-brasileiros proprietários agrícolas e as grandes culturas em São Paulo. Folha da Manhã, São Paulo, 18 jun. 1958.

Japoneses e nipo-brasileiros proprietários agrícolas e as grandes culturas em São Paulo

Salomão SCHATTAN

Quando se fala em japoneses na agricultura de São Paulo, pensa-se logo em arrendatário e na produção de ovos, frutas, verduras e legumes, pois foi principalmente através dessas atividades que eles se tornaram conhecidos nos centros urbanos.

De fato, na década de 30, quando mais intensa foi a imigração nipônica para São Paulo, a técnica por eles usada consistia em tomar arrendadas as terras por certo número de anos, abandonando-as assim que tivessem diminuídas sua fertilidade natural e mudando-se para novas áreas em busca de terras virgens. Isso ainda hoje ocorre, porém em escala menor do que há poucos anos.

Com a mudança das condições econômicas e em consequência do capital que conseguiram acumular, alguns desses agricultores fixaram-se ainda mais à nossa agricultura, adquirindo terras.

No presente artigo mostraremos que já é apreciável o número de agricultores japoneses proprietários das terras em que trabalham, e, além disso, que a contribuição dos mesmos para a grande agricultura de São Paulo já é apreciável, chegando mesmo, no caso do amendoim a atingir a elevadíssima parcela de 23% da produção total de amendoim das águas do Estado.

Os dados estatísticos que nos levam a essa afirmativa provêm do serviço oficial de previsão de safras da Secretaria da Agricultura. Esse serviço é feito regularmente na Subdivisão de Economia Rural, com o auxílio de uma amostra de 2.000 propriedades distribuídas por todo Estado e visitadas pelos Engenheiros Agrônomos Regionais.

Estas duas mil propriedades foram retiradas de uma lista de 240.000 propriedades do Estado, obtida através do Rol de Lançamento do Imposto Territorial Rural da Secretaria da Fazenda.

A separação das propriedades dos japoneses e nipo-brasileiros, das 2.000 propriedades da amostra, foi feita pelo exame dos nomes dos respectivos proprietários.

As 240.000 propriedades acima citadas não constituem a população total das propriedades agrícolas do Estado, pois foram excluídas as localizadas no Município da Capital e Santo Amaro, e as de área inferior a 3 hectares. Todavia, esta limitação não prejudica nossos cálculos, uma vez que se sabe ser pequena a produção dos artigos em causa, nestas propriedades.

Para efeito de amostragem, o Estado foi dividido em três zonas geográficas. A zona 1 compreende a parte nova do Estado, constituída da alta Sorocabana, alta Paulista, Noroeste e Araraquense. A zona 3 compreende a Sorocabana até Avaré e o ramal de Itararé, o Cinturão Verde, o Vale do Paraíba e o Litoral Norte e Sul. A zona 2 abrange o resto do Estado, isto é, a Mojiana, a área de Piracicaba e Piracurunga que é grande produtora de açúcar e a mancha de terra roxa que liga Botucatu ao Norte do Paraná.

Antes de apresentarmos os resultados convém salientar que a produção de qualquer artigo agrícola obtida por japoneses e nipo-brasileiros não pode ser medida considerando unicamente a produção dos proprietários de terras, pois eles se dedicam em grande escala à produção em terras arrendadas.

O que se constata no exame das propriedades da amostra é o seguinte:

Na zona 1 que conta cerca de 93 mil propriedades encontramos 10.700 proprietários com nomes japoneses, o que representa 11,5% do total.

Na zona 2 que conta com 79 mil propriedades só apareceram 200 propriedades em nome de japoneses.

Na zona 3 que conta cerca de 68.000 propriedades verifica-se que o total na população é da ordem de 3.400 propriedades o que corresponde a 5% do número total de propriedades.

Considerando o conjunto das propriedades do Estado, constata-se que há um total de 14.300 propriedades pertencentes a japoneses e nipo-brasileiros, o que representa 6% do total de propriedades nas 3 zonas.

Vemos por aí que há grande concentração de proprietários japoneses na parte mais recentemente desbravada do Estado, uma concentração menor na parte mais velha do Estado, e quase nada na zona intermediária.

A análise estatística dos dados da amostra nos indica que temos 95% de probabilidade de que a porcentagem total de propriedades em mãos de japoneses no Estado de São Paulo não seja inferior a 5% e nem superior a 7%.

Nas 14.300 propriedades de japoneses constatamos a existência de 56,5 milhões de cafeeiros que devem produzir neste ano cerca de 1,54 milhões de sacas de café em coco, quando em todo Estado temos 1,4 bilhões de cafeeiros e a produção total será de 34 milhões de sacas em coco.

Vemos, portanto, que o rendimento por 1.000 pés é de 27,22 sacas para os japoneses e 24,66 sacas para todo Estado.

Constata-se então que o total de café produzido nestas

Zonas do Estado	N.º total de propriedades com nomes japoneses	N.º total de propriedades
1	10.700	93.000
2	200	79.000
3	3.400	68.000
Total	14.300	240.000

propriedades de japoneses é de 4,5 do total produzido no Estado, e que a produção média é cerca de 10% superior à de todo Estado.

A amostra nos indica ainda que os japoneses praticamente não produzem café nas zonas 2 e 3.

A colônia japonesa iniciou suas atividades em grande escala em São Paulo na cultura de algodão, com o que ajudaram a construir os grandes centros do oeste do Estado.

Ainda hoje, praticamente, todo algodão produzido nas propriedades agrícolas de japoneses se concentra na zona 1 do Estado. Eles produziram no corrente ano pouco mais de cinco milhões de arrobas em caroço, o que corresponde a 13% da produção total, e obtiveram um rendimento de 178 arrobas por alqueire contra 154 arrobas por alqueire conseguido em todo Estado. Este rendimento é 16% superior ao de todo Estado.

Evidentemente, a produção total de algodão conseguida pelos elementos japoneses e nipo-brasileiros é bem superior a 5 milhões de arrobas, pois ainda há tradição de se arrendar terras para o plantio de algodão, e os nipônicos sempre se utilizaram do processo, e provavelmente são os maiores produtores de algodão neste sistema no Estado.

Entretanto, o rendimento não deve ser diferente nos dois casos e sua vantagem sobre a produção média do Estado é bem significativa, dando uma idéia da nítida diferença de técnica de cultivo com relação aos outros produtores de algodão.

O amendoim é outro dos grandes produtos largamente cultivado pelos japoneses. Do total de amendoim das águas produzido no Estado, cerca de 23% o são em propriedades de japoneses. O rendimento de 155 sacas de 25 kg por alqueire, em confronto com os 144 em média no Estado, não é tão espetacularmente diferente como no caso do algodão.

A contribuição dos japoneses para os outros três produtos, isto é, milho, arroz e feijão das águas é pequena, como se constata do quadro abaixo:

Biblioteca Centro de Memória - UNICAMP



CMUHE030684

Produto	% total	Rendimento japoneses	Rendimento Estado
Café	4,5%	27,22 sacas coco	24,66 sacas coco
Algodão	13,0%	178 arrobas	154 arrobas
Amendoim	23,0%	155 sacas 25 kg	144 sacas 25 kg
Milho	4,3%	55 sacas 60 kg	52 sacas 60 kg
Arroz	3,1%	43 sacas 60 kg	40 sacas 60 kg
Feijão	2,2%	20 sacas 60 kg	16 sacas 60 kg

Portanto, podemos concluir que, no que diz respeito às grandes culturas, a colônia japonesa dedica-se mais intensamente à produção de algodão e amendoim. Em ambos os casos, seja devido à maior aplicação no trabalho ou às melhores técnicas empregadas, a produção por unidade de área

por eles obtida é sensivelmente superior à média do Estado.

Mesmo nas outras culturas às quais não se dedicam intensamente, os japoneses conseguem rendimentos superiores à média do Estado mostrando que são agricultores competentes e dedicados.